



**ATA DA SEGUNDA SESSÃO**

**REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.00004398/2022**

**OBJETO:** Contratação dos serviços técnicos especializados visando planejamento, a organização, a execução e a realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro de pessoal efetivo do município de Piracuruca-PI.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às 09h (nove horas), na sala de reunião da CPL, localizada na sede da Procuradoria Geral do Município de Piracuruca-PI, situada na Rua Tenente Rui Brito, 1510, Centro, Piracuruca-PI, reuniu-se em segunda sessão a Presidente da CPL Fernanda Sobrinho Damasceno, Francisco das Chagas da Silva e Manoel Brandão Veras, membros da CPL, em atendimento às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Edital da Tomada de Preços nº 006/2022, cujo objeto é a Contratação dos serviços técnicos especializados visando planejamento, a organização, a execução e a realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro de pessoal efetivo do município de Piracuruca-PI. Aberta a sessão, a Presidente agradeceu a presença de todos e, em seguida ressaltou o objetivo da reunião que era analisar os questionamentos apresentados pelos licitantes na última sessão, no que tange ao cumprimento dos requisitos de participação das empresas no certame, seguindo todas as regras fixadas no Edital e seus anexos. Lembrou a todos que a realização de concurso público exige o máximo de atenção e zelo, desde a fase da contratação da banca organizadora como também durante a realização do próprio certame. Não por outra razão o Edital da licitação em epígrafe trouxe algumas exigências quanto a necessidade de que eventuais interessados possam cumprir os requisitos de participação, conforme pode ser observado no item 8 a seguir que estabelece as restrições a participação de interessados que se enquadrem em quaisquer das situações listadas abaixo.:

**8. DAS RESTRIÇÕES**

8.1 É vedada a participação de pessoas físicas bem como de consórcio ou coligação de empresas/entidades.

8.2 É expressamente vedada a participação de empresas que tenham sócios ou empregados que sejam servidores ou agentes políticos do Município de PIRACURUCA-PI/PI ou, ainda e especialmente, que sejam membros da comissão de licitação.



8.3 É vedada a participação de empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar perante as Administrações Federais, Estaduais ou Municipais ou que se encontre em processo de Falência ou Concordata.

**8.4 Licitantes que tenham ou tiveram concurso anulados, por motivo de fraude, incapacidade técnica e falta de lisura judicialmente nos últimos 05 (cinco) anos.**

**8.5 Que tiveram contratos rescindidos com órgãos públicos por apuração de fraude em certames públicos. A constatação posterior desse fato será motivo de rescisão de contrato com aplicação das penalidades previstas nas leis que regem o presente.**

As exigências acima, como bem reprisado no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica da Comissão Permanente de Licitação, não possuem a intenção de restringir a participação de empresas idôneas, pelo contrário possui como única finalidade AFASTAR do certame, empresas cuja integridade técnica e ética foram questionadas e comprovadas em face da anulação de concursos por indícios de fraude, ou em decorrência de processos instaurados com o objetivo de apurar tais condutas. Inclusive é oportuno trazer também a manifestação do renomado doutrinador Marçal Justen Filho acerca do estabelecimento dos requisitos que tem a finalidade de estabelecer requisitos necessários para seleção da proposta que melhor atende a administração, considerando a complexidade do objeto, vejamos:

2

O disposto não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. **Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação.** A invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, inc. XXI, da CF ("... o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"). A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração. **O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir.** Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da



licitação. **Assegura-se tratamento igualitário aos interessados que apresentem condições necessárias para contratar com a Administração.**

Tecidos esses esclarecimentos adicionais, é preciso lembrar ainda que, recentemente o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagrou operação que investiga eventuais fraudes cometidas em municípios do Piauí e Ceará quando da realização de concursos públicos. Sendo assim, a exigência de eventuais interessados em participar da licitação não possuam concursos anulados por fraude nem tenham sido declarados inidôneos, possui como única finalidade garantir, desde a contratação da banca examinadora, que o certame transcorra dentro da legalidade e ética a selecionar os candidatos que serão futuros servidores públicos, Cum a missão é cuidar de pessoas. Sendo assim, para que essa Comissão não cometa nenhum ato contrário a essa finalidade e, considerando as alegações registradas na última sessão por todos os participantes, a Comissão decidiu por se utilizar as disposições contidas no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993, que dispõe sobre a possibilidade da comissão ou autoridade competente promover diligência, para esclarecer ou complementar a instrução do processo. Com isso, dada a dúvida acerca do cumprimento dos requisitos de participação pelos licitantes participantes do certame, ao invés de simplesmente excluir eventuais interessados, faz-se necessário realizar diligências a fim de esclarecer tal situação. Ressalto que a diligência está prevista na norma exatamente para cumprir esta finalidade, qual seja, a reunião de todas as informações necessárias para o esclarecimento de dúvidas, eliminar imprecisões surgidas em análise documental no certame licitatório. Portanto, com o fim de analisar a possibilidade de participação das licitantes à luz do edital, que teve todo cuidado especial de trazer para o campo da disputa somente empresas que gozam de notória confiabilidade, e para tanto trouxe restrições de participação, conforme previsto no edital no item 8 e seus subitens, esta comissão deliberou da seguinte forma:

3

Ser realizada **DILIGÊNCIA**, no sentido de na notificação das empresas:

- a) **CONSEP – CONSULTORIA E ESTUDOS PEDAGÓGICOS LTDA EPP;**
- b) **INSTITUTO LEGATUS LTDA;**
- c) **INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PUBLICO-PRIVADA,**

Para que apresentem, no prazo de 48 horas, contados do envio da presente decisão, os documentos e informações necessárias para comprovar as alegações relatadas na sessão anterior, no que tange ao não cumprimento, por parte dos seus concorrentes, aos requisitos fixados do edital (ITEM 8 DAS RESTRIÇÕES), especialmente no que tange a vedação de participação no certame de empresas declaradas inidôneas ou que tiveram a sua capacidade técnica ou ética manchada pela anulação de certames por indícios de fraude.

A comissão ressalva ainda que as solicitações acima tem por fundamento a regra básica do ônus da prova incumbir a quem alega, conforme se abstrai do art. 373, do CPC e do art. 36 da Lei de Processo Administrativo, Lei nº 9.784, de 31 de Janeiro de 1999. Após decorrido esse prazo, com ou sem a apresentação das informações ou documentos



solicitados, a Comissão prosseguirá com o certame. A presidente informou ainda que a documentação probante poderá ser enviada no e-mail da CPL, [cpl.piracuruca@hotmail.com](mailto:cpl.piracuruca@hotmail.com), a qual dará ciência do recebido aos interessados. A Presidente determina que seja publicada esta deliberativa no Diário Oficial dos Municípios, em obediência ao princípio da publicidade. Nada mais havendo a consignar em Ata, a mesma foi lida, achada conforme e aprovada, sendo rubricada pelo Presidente, Membros da CPL e Licitante, dando por encerrada a sessão às 11h30min (onze horas e trinta minutos).

  
**Fernanda Sobrinho Damasceno**  
Presidente

  
**Manoel Brandão Veras**  
Membro

  
**Francisco das Chagas Silva**  
Membro





<b>UNIDADE: 0702 – HOSP. MUN. DR. JOSE DE BRITO MAGALHÃES</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.30.00	2050	500	17.000,00
3.3.90.39.00	2050	500	38.000,00
<b>ÓRGÃO: 0900 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO</b>			
<b>UNIDADE: 0901 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.39.00	2026	500	32.000,00
<b>ÓRGÃO: 1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
<b>UNIDADE: 1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.30.00	2029	500	6.000,00
3.3.90.30.00	2042	500	10.500,00
3.3.90.36.00	2060	500	22.000,70
<b>ÓRGÃO: 1100 – SEC. MUN. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO</b>			
<b>UNIDADE: 1101 – SEC. MUN. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.30.00	2054	500	5.000,00
3.3.90.39.00	2054	500	60.000,00
<b>ÓRGÃO: 1200 – SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER</b>			
<b>UNIDADE: 1201 – SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.39.00	2059	500	35.000,00

Art. 2º - Para a cobertura dos créditos suplementares serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial, no valor R\$ 1.287.468,76 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos), nos termos da Lei Municipal nº 1.842/2021, art. 6º, I, das seguintes dotações orçamentárias:

**ANULA:**

<b>ÓRGÃO: 0400 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>UNIDADE: 0401 – FUNDO DE DES. DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDES</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.1.90.04.00	2048	542	5.900,00
3.1.90.04.00	2004	540	18.000,00
3.1.90.11.00	2004	540	680.000,00
3.1.90.13.00	2004	540	26.823,06
3.3.90.36.00	2052	542	7.000,00
3.3.90.39.00	2006	540	30.000,00
<b>ÓRGÃO: 0400 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>UNIDADE: 0402 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.30.00	2008	500	9.000,00
3.3.90.39.00	2009	500	2.045,00
<b>ÓRGÃO: 0700 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
<b>UNIDADE: 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.36.00	2064	600	20.000,00
3.3.90.36.00	1067	600	10.000,00
3.3.90.39.00	2064	600	3.000,00
3.3.90.39.00	2030	600	70.000,00
3.3.90.39.00	1067	600	20.000,00
3.3.90.39.00	2034	600	9.000,00
3.3.90.39.00	2062	500	1.000,00
3.3.90.39.00	2062	600	12.000,00
3.3.90.39.00	2064	600	8.000,00
3.3.90.39.00	2077	602	30.000,00
4.4.90.51.00	1045	500	80.000,00
4.4.90.52.00	2064	500	6.000,00
4.4.90.52.00	1015	755	3.000,00
4.4.90.52.00	2034	500	4.000,00
4.4.90.52.00	2034	600	10.000,00

<b>ÓRGÃO: 0700 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
<b>UNIDADE: 0702 – HOSP. MUN. DR. JOSE DE BRITO MAGALHÃES</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.30.00	2050	621	5.000,00
<b>ÓRGÃO: 0800 – SEC. MUN. DE OBRAS SERV. PUB. E SANEAMENTO</b>			
<b>UNIDADE: 0801 – SEC. MUN. DE OBRAS SERV. PUB. E SANEAMENTO</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
4.4.90.51.00	1006	700	153.000,00
4.4.90.51.00	1043	500	22.100,00
<b>ÓRGÃO: 1000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
<b>UNIDADE: 1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.1.90.04.00	2018	660	1.000,00
3.3.90.30.00	2018	500	6.000,00
3.3.90.30.00	2029	660	11.000,70
3.3.90.30.00	2029	501	10.500,00
4.4.90.52.00	1011	500	2.000,00
4.4.90.52.00	1011	660	8.000,00
<b>ÓRGÃO: 1100 – SEC. MUN. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO</b>			
<b>UNIDADE: 1101 – SEC. MUN. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO</b>			
<b>CONTA</b>	<b>AT/PR</b>	<b>FR</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.3.90.30.00	2054	750	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de JUNHO/2022, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piracurica, 21 de junho de 2022.

Francisco de Assis da Silva Melo  
Prefeito Municipal

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO**

REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.000.000/2022

**OBJETO:** Contratação dos serviços técnicos especializados visando planejamento, a organização, a execução e a realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro de pessoal efetivo do município de Piracurica-PI.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às 09h (nove horas), na sala de reunião da CPL, localizada na sede da Procuradoria Geral do Município de Piracurica-PI, situada na Rua Tenente Rui Brito, 1510, Centro, Piracurica-PI, reuniu-se em segunda sessão a Presidente da CPL Fernanda Sobrinho Damasceno, Francisco das Chagas da Silva e Manoel Brandão Varas, membros da CPL, em atendimento às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Edital da Tomada de Preços nº 006/2022, cujo objeto é a Contratação dos serviços técnicos especializados visando planejamento, a organização, a execução e a realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro de pessoal efetivo do município de Piracurica-PI. Aberta a sessão, a Presidente agradeceu a presença de todos e, em seguida ressaltou o objetivo da reunião que era analisar os questionamentos apresentados pelos licitantes na última sessão, no que tange ao cumprimento dos requisitos de participação das empresas no certame, seguindo todas as regras fixadas no Edital e seus anexos. Lembrou a todos que a realização de concurso público exige o máximo de atenção e zelo, desde a fase da contratação da banca organizadora como também durante a realização do próprio certame. Não por outra razão o Edital da licitação em epígrafe trouxe algumas exigências quanto a necessidade de que eventuais interessados possam cumprir os requisitos de participação, conforme pode ser observado no item 8 a seguir que estabelece as restrições a participação de interessados que se enquadram em quaisquer das situações listadas abaixo:

**8. DAS RESTRIÇÕES**

8.1 É vedada a participação de pessoas físicas bem como de consórcio ou coligação de empresas/entidades.

8.2 É expressamente vedada a participação de empresas que tenham sócios ou empregados que sejam servidores ou agentes políticos do Município de PIRACURICA-PI/PI ou, ainda e especialmente, que sejam membros da comissão de licitação.

8.3 É vedada a participação de empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar perante as Administrações Federais, Estaduais ou Municipais ou que se encontrem em processo de falência ou Concordata.

8.4 Licitantes que tenham ou tiveram concurso anulado, por motivo de fraude, incapacidade técnica e falta de fluência judicialmente nos últimos 05 (cinco) anos.

8.5 Que tiveram contratos rescindidos com órgãos públicos por apuração de fraude em certames públicos. A constatação posterior desse fato será motivo de rescisão de contrato com aplicação das penalidades previstas nas leis que regem o presente.

As exigências acima, como bem reprimado no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica da Comissão Permanente de Licitação, não possuem a intenção de restringir a participação de empresas idôneas, pelo contrário possui como única finalidade AFASTAR do certame, empresas cuja integridade técnica e ética foram questionadas e comprovadas em face da anulação de concursos por indícios de fraude, ou em decorrência de processos instaurados com o objetivo de apurar tais condutas. Inclusive é oportuno trazer também a manifestação do renomado doutrinador Marçal Justen Filho acerca do estabelecimento dos requisitos que tem a finalidade de estabelecer requisitos necessários para seleção da proposta que melhor atende a administração, considerando a complexidade do objeto, vejamos:

O disposto não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Além, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, inc. XXI, da CF ("... o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"). A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração. O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta mais vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respostadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da

(Continua na próxima página)

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**PIRACURUCA**Comissão Permanente de Licitação –  
CPL/PMP-PIPREFEITURA MUNICIPAL DE  
**PIRACURUCA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Id:0E288CC82E821120

licitação. Assegura-se tratamento igualitário aos interessados que apresentem condições necessárias para contratar com a Administração.

Tecidos esses esclarecimentos adicionais, é preciso lembrar ainda que, recentemente o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagrou operação que investiga eventuais fraudes cometidas em municípios do Piauí e Ceará quando da realização de concursos públicos. Sendo assim, a exigência de eventuais interessados em participar da licitação não possuam concursos anulados por fraude nem tenham sido declarados inidôneos, possui como única finalidade garantir, desde a contratação da banca examinadora, que o certame transcorra dentro da legalidade e ética a selecionar os candidatos que serão futuros servidores públicos. Cumprida a missão é cuidar de pessoas. Sendo assim, para que essa Comissão não cometa nenhum ato contrário a essa finalidade e, considerando as alegações registradas na última sessão por todos os participantes, a Comissão decidiu por se utilizar as disposições contidas no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993, que dispõe sobre a possibilidade da comissão ou autoridade competente promover diligência, para esclarecer ou complementar a instrução do processo. Com isso, dada a dúvida acerca do cumprimento dos requisitos de participação pelos licitantes participantes do certame, ao invés de simplesmente excluir eventuais interessados, faz-se necessário realizar diligências a fim de esclarecer tal situação. Ressalto que a diligência está prevista na norma exatamente para cumprir esta finalidade, qual seja, a reunião de todas as informações necessárias para o esclarecimento de dúvidas, eliminar imprecisões surgidas em análise documental no certame licitatório. Portanto, com o fim de analisar a possibilidade de participação das licitantes à luz do edital, que teve todo cuidado especial de trazer para o campo da disputa somente empresas que gozam de notória confiabilidade, e para tanto trouxe restrições de participação, conforme previsto no edital no item 8 e seus subitens, esta comissão deliberou da seguinte forma:

Ser realizada **DILIGÊNCIA**, no sentido de na notificação das empresas:

- a) CONSEP – CONSULTORIA E ESTUDOS PEDAGÓGICOS LTDA EPP;
- b) INSTITUTO LEGATUS LTDA;
- c) INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PUBLICO-PRIVADA,

Para que apresentem, no prazo de 48 horas, contados do envio da presente decisão, os documentos e informações necessárias para comprovar as alegações relacionadas na sessão anterior, no que tange ao não cumprimento, por parte dos seus concorrentes, aos requisitos fixados do edital (ITEM 8 DAS RESTRIÇÕES), especialmente no que tange a vedação de participação no certame de empresas declaradas inidôneas ou que tiveram a sua capacidade técnica ou ética manchada pela anulação de certames por indícios de fraude.

A comissão ressalva ainda que as solicitações acima tem por fundamento a regra básica do ônus da prova incumbir a quem alega, conforme se abstrai do art. 373, do CPC e do art. 36 da Lei de Processo Administrativo, Lei nº 9.784, de 31 de Janeiro de 1999. Após decorrido esse prazo, com ou sem a apresentação das informações ou documentos

solicitados, a Comissão prosseguirá com o certame. A presidente informou ainda que a documentação probante poderá ser enviada no e-mail da CPL: [cpl.piracuruca@hotmail.com](mailto:cpl.piracuruca@hotmail.com), a qual dará ciência do recebido aos interessados. A Presidente determina que seja publicada esta deliberativa no Diário Oficial dos Municípios, em obediência ao princípio da publicidade. Nada mais havendo a consignar em Ata, a mesma foi lida, achada conforme e aprovada, sendo rubricada pelo Presidente, Membros da CPL e Licitante, dando por encerrada a sessão às 11h30min (onze horas e trinta minutos).

Fernanda Sobrinho Damasceno  
Presidente

Manoel Brandão Veras  
Membro

Francisco das Chagas Silva  
Membro

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2022 - CPL/PMP-PI  
(Processo Administrativo nº 001.0004826/2022)

Aos 27 (vinte e sete) de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois), presentes de um lado o Município de Piracuruca-PI, através da Secretaria Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 11.837.925/0001-08, com endereço na Av. Cel. Pedro de Brito s/n, centro Piracuruca-PI, neste ato representado pela Sra. Ruana Priscila Spindola Melo Trindade, Secretária Municipal, portadora do CPF 022.300.953-90 e de outro a empresa SIRIUS CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO LTDA, com sede na Av. Cel. Pedro de Brito, 1049, Andar 1º, apto 02, Centro, Piracuruca, Piauí, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.661.032/0001-73, representado pela Senhora Helen Samara Fontenele da Fonseca, portadora do CPF nº 063.783.323-63, simplesmente denominado FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão, exarada no Processo Licitatório nº 001.0004826/2022, referente ao Pregão Eletrônico nº 020/2022 para Registro de Preço(s) com vigência por um período de 12 (doze) meses para Registro de preços, para contratação dos serviços técnicos especializados em supervisão, treinamento e gerenciamento do SISAB com a finalidade de monitorar as produções da atenção primária e melhorar os indicadores do previne Brasil no Município de Piracuruca-PI, conforme especificações contidas no termo de referência e edital destinados a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Piracuruca-PI, conforme especificações mínimas definidas no Anexo I - do Termo de Referência, tudo, em conformidade nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para os serviços técnicos especializados em supervisão, treinamento e gerenciamento do SISAB com a finalidade de monitorar as produções da atenção primária e melhorar os indicadores do previne Brasil no Município de Piracuruca-PI, conforme especificações contidas no termo de referência e edital destinados a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Piracuruca-PI, conforme especificações e demais exigências previstas neste edital e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos;

1.2. A existência de preços registrados não impede que a Administração efetue compras, sempre que julgar conveniente e oportuno, por meio de processo licitatório específico, ou diretamente, respeitando o disposto em lei e assegurado o direito de preferência ao beneficiário do presente Registro em igualdade de condições.

## 2. DO PREÇO

2.1. O valor da proposta para toda sua vigência será de R\$ 268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais, conforme especificado abaixo.

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM SUPERVISÃO, TREINAMENTO E GERENCIAMENTO DO SISAB COM A FINALIDADE DE MONITORAR AS PRODUÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E MELHORAR OS INDICADORES DO PREVINE BRASIL NO MUNICÍPIO DE PIRACURUCA-PI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL	12 MESES	R\$ 27.440,00	R\$ 268.800,00
---	----------	---------------	----------------

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os encargos de natureza tributária, social, previdenciária, de administração, lucros, transportes de material, de pessoal e qualquer outra despesa não especificada no Edital e seus Anexos.

## 3. DO REAJUSTE

3.1. O critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir até a data do adimplemento de cada parcela;

3.2. Durante a vigência do contrato os preços se manterão fixos e irreajustáveis, salvo os casos constantes do art. 65 da Lei nº 8.666/3 e respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano, ficando estabelecido o reajuste anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE.

3.3. No caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados na periodicidade anual, com base no IPCA (Índice divulgado pelo IBGE) acumulado ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.

3.4. O primeiro reajuste será contado da data de início do contrato e os demais, da data do último reajuste.

(Continua na próxima página)